CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 23.954/25/2ª Rito: Sumário
PTA/AI: 01.004093730-18
Impugnação: 40.010158936-69
Impugnante: Auto Posto e Centro Automotivo Wenceslau Braz Ltda
IE: 002063482.00-28
Coobrigados: Raissa Lamberti Santos Mantovani
CPF: 089.678.896-23
Renato Barbosa Mantovani Filho
CPF: 103.877.706-23
Proc. S. Passivo: ARTUR HENRIQUE RIOS TAVARES MACHADO
BETTENCOURT/Outro(s)
Origem: DF/Muriaé

EMENTA

MERCADORIA - ENTRADA E SAÍDA DESACOBERTADAS - LEVANTAMENTO QUANTITATIVO - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. Constatado, mediante levantamento quantitativo, que a Autuada promoveu entradas, bem como saídas, de mercadorias sujeitas ao regime de recolhimento por substituição tributária (combustíveis) desacobertadas de documentação fiscal. Irregularidades apuradas mediante procedimento idôneo, previsto no inciso III do art. 194 do RICMS/02. Exigências de ICMS/ST, da Multa de Revalidação capitulada no art. 56, inciso II c/c § 2º, inciso III e da Multa Isolada prevista no art. 55, inciso II, alínea “a”, todos da Lei nº 6.763/75. Exigência somente da citada multa isolada em relação às saídas desacobertadas. Nesse último caso, acionado o permissivo legal para reduzir tal penalidade a 20% (vinte por cento) do seu valor, nos termos do art. 53, § 3º da Lei nº 6.763/75.

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - SÓCIO - COMPROVAÇÃO DO PODER DE GERÊNCIA - CORRETA A ELEIÇÃO. O sócio-administrador responde pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias decorrentes de atos praticados com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatuto, por força do art. 135, inciso III do CTN e art. 21, § 2º, inciso II da Lei nº 6.763/75.

Lançamento procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A autuação versa sobre a entrada, bem como a saída de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária (combustíveis - gasolina comum, etanol comum e diesel S10) desacobertadas de documento fiscal, apuração efetuada mediante

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Levantamento Quantitativo Financeiro Diário – LEQFID, nos termos do art. 194, inciso III, do RICMS/02, no período entre 01/01/22 e 31/12/22.

Para a execução do trabalho, foram utilizadas as informações relativas às entradas, saídas e estoques de mercadorias constantes nos arquivos eletrônicos transmitidos pela Contribuinte.

Exigências de ICMS/ST, da Multa de Revalidação capitulada no art. 56, inciso II c/c § 2º, inciso III e da Multa Isolada prevista no art. 55, inciso II, alínea “a”, todos da Lei nº 6.763/75.

Exigência somente da citada multa isolada em relação às saídas desacobertas.

Registra-se ademais que foram incluídos no polo passivo da obrigação tributária, como Coobrigados, os sócios-administradores da Autuada, nos termos da Portaria SRE nº 148/15, art. 1º, Anexo único, itens 1.8.8, c/c art. 135, inciso III do Código Tributário Nacional - CTN c/c art. 21, § 2º, inciso II da Lei nº 6.763/75.

Inconformada, a Autuada apresenta, tempestivamente e por seu procurador regularmente constituído, Impugnação às págs. 8.079/8.082, contra a qual a Fiscalização manifesta-se às págs. 8.083/8.088.

DECISÃO

Conforme relatado, a autuação versa sobre a entrada, bem como a saída de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária (combustíveis - gasolina comum, etanol comum e diesel S10) desacobertas de documento fiscal, apuração efetuada mediante Levantamento Quantitativo Financeiro Diário – LEQFID, nos termos do art. 194, inciso III, do RICMS/02, no período entre 01/01/22 e 31/12/22.

Para a execução do trabalho, foram utilizadas as informações relativas às entradas, saídas e estoques de mercadorias constantes nos arquivos eletrônicos transmitidos pela Contribuinte.

Exigências de ICMS/ST, da Multa de Revalidação capitulada no art. 56, inciso II c/c § 2º, inciso III e da Multa Isolada prevista no art. 55, inciso II, alínea “a”, todos da Lei nº 6.763/75.

Exigência somente da citada multa isolada em relação às saídas desacobertas.

Registra-se ademais que foram incluídos no polo passivo da obrigação tributária, como Coobrigados, os sócios-administradores da Autuada, nos termos da Portaria SRE nº 148/15, art. 1º, Anexo único, itens 1.8.8, c/c art. 135, inciso III do Código Tributário Nacional - CTN c/c art. 21, § 2º, inciso II da Lei nº 6.763/75.

Irresignada, a Autuada defende a necessidade de conversão do julgamento em diligência para melhor apuração dos fatos e que sejam consideradas as perdas naturais, que o volume de saída “sem nota” seja reduzido, sendo indispensável que as autoridades fazendárias considerem tais elementos na constituição do crédito tributário.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Também pugna a Autuada pela exclusão dos sócios-administradores do polo passivo, ao argumento de que não basta a existência de um ato ilícito para que sócios-administradores (pessoas físicas) sejam incluídos como polo passivo de autuações e/ou de execuções fiscais, devendo ser comprovada a sua atuação dolosa no sentido de cometer fraudes, praticar atos ilícitos e outros. Cita a jurisprudência.

Em que pesem as argumentações apresentadas, não assiste razão ao Impugnante.

Inicialmente, há que se ressaltar que o trabalho fiscal está revestido de todos os requisitos legais que atestam a sua eficácia, em especial os arts. 142 do CTN e 89 do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), estabelecido pelo Decreto nº 44.747/08, *in verbis*:

CTN

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

RPTA/08

Art. 89. O Auto de Infração e a Notificação de Lançamento conterão, no mínimo, os seguintes elementos:

I - Número de identificação;

II - Data e local do processamento;

III - nome, domicílio fiscal ou endereço do sujeito passivo e os números de sua inscrição estadual e no CNPJ ou CPF;

IV - Descrição clara e precisa do fato que motivou a emissão e das circunstâncias em que foi praticado;

V - Citação expressa do dispositivo legal infringido e do que comine a respectiva penalidade;

VI - Valor total devido, discriminado por tributo ou multa, com indicação do período a que se refira;

VII - Os prazos em que o crédito tributário poderá ser pago com multa reduzida, se for o caso;

VIII - Intimação para apresentação de impugnação administrativa, se cabível, com indicação do

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

respectivo prazo, ou anotação de se tratar de crédito tributário não-contencioso;

IX - Em se tratando de crédito tributário contencioso em PTA em meio físico, a indicação da repartição fazendária competente para receber a impugnação. (...)

Importante esclarecer que o LEQFID tem por finalidade a conferência das operações de entradas e saídas de mercadorias diariamente, pelo confronto dos estoques inicial e final com as respectivas notas fiscais de entrada e saída, por produto, emitidas no período. No referido procedimento, é feita uma combinação de quantidades e valores (quantitativo financeiro), com a finalidade de apurar possíveis irregularidades, por meio da utilização da equação: Estoque Inicial + Entradas – Saídas = Estoque Final. Veja-se que o procedimento adotado pela Fiscalização, para apuração das operações e prestações realizadas pelo Sujeito Passivo, é tecnicamente idôneo, previsto no art. 194, inciso III, do RICMS/02, nos seguintes termos:

RICMS/02

Art. 194. Para apuração das operações ou das prestações realizadas pelo sujeito passivo, o Fisco poderá utilizar quaisquer procedimentos tecnicamente idôneos, tais como:

I - (...)

II - Levantamento quantitativo de mercadorias;

III - levantamento quantitativo-financeiro;

(...)

Cumprido salientar que o LEQFID toma por base as informações prestadas pela própria Contribuinte, através do SPED fiscal, que devem corresponder à realidade de movimentações que ocorrem na empresa. O procedimento consiste em simples operação aritmética de soma e subtração, na qual o resultado é inquestionável, representando exatamente toda a movimentação das mercadorias comercializadas e o estoque existente, diariamente.

Como se verifica, nenhum dos argumentos trazidos pelos Impugnantes foi devidamente comprovado, não passando de alegações infundadas, em especial no tocante às perdas técnicas. Todo o trabalho fiscal foi realizado em conformidade com a Legislação aplicável e considerando todas as informações fornecidas pela própria Contribuinte.

Dispensável se faz a remessa do trabalho fiscal em diligência, uma vez que os elementos trazidos aos autos são suficientes para a elucidação da lide.

Verificadas e comprovadas, portanto, as operações de entradas e saídas de mercadorias não acobertadas de documentação fiscal.

Constatadas as irregularidades, as Multas de Revalidação e Isolada foram devida e corretamente aplicadas. A Multa de Revalidação é prevista no art. 56, inciso II, da Lei nº 6.763/75, e sua aplicação foi feita em razão de descumprimento de obrigação principal, do não recolhimento do imposto devido pela Autuada. A Multa

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Isolada, por sua vez, é prevista no art. 55, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 6.763/75, senão veja-se:

Lei nº 6.763/75

Art. 55. As multas para as quais se adotarão os critérios a que se referem os incisos II a IV do art. 53 desta Lei são as seguintes:

(...)

II - por dar saída a mercadoria, entregá-la, transportá-la, recebê-la, tê-la em estoque ou depósito desacobertada de documento fiscal, salvo na hipótese do art. 40 desta Lei - 40% (quarenta por cento) do valor da operação, reduzindo-se a 20% (vinte por cento) nos seguintes casos:

a) quando as infrações a que se refere este inciso forem apuradas pelo Fisco, com base exclusivamente em documentos e nos lançamentos efetuados na escrita comercial ou fiscal do contribuinte; (...)

Tal penalidade foi aplicada em razão de descumprimento de obrigação acessória, pelo fato de a Contribuinte receber mercadorias desacobertadas de documento fiscal, bem como por promover a saída de mercadorias sem a emissão de documento fiscal respectivo.

Saliente-se, ainda, ter sido correta, também, a eleição do titular, para o polo passivo da obrigação tributária, em face das disposições contidas no art. 135, inciso III do Código Tributário Nacional (CTN) e art. 21, § 2º, inciso II da Lei nº 6.763/75:

Código Tributário Nacional

Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

(...)

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Lei nº 6.763/75

Art. 21. São solidariamente responsáveis pela obrigação tributária:

(...)

§ 2º - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto:

(...)

II - o diretor, o administrador, o sócio-gerente, o gerente, o representante ou o gestor de negócios, pelo imposto devido pela sociedade que

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

dirige ou dirigiu, que gere ou geriu, ou de que faz ou fez parte. (...)

Induidoso que os Coobrigados tinham conhecimento e poder de comando sobre toda e qualquer operação praticada na empresa, sendo certo que as diferenças apuradas através do Levantamento Quantitativo ocorreram com seu conhecimento, o que justifica sua inclusão no polo passivo da obrigação tributária.

O lançamento contém os elementos necessários e suficientes para que se determine, com segurança, a natureza das infrações. As infringências cometidas e as penalidades aplicadas encontram-se legalmente embasadas e todos os requisitos, formais e materiais, imprescindíveis para a atividade do lançamento, foram observados.

Dessa forma, considerando que o lançamento observou todas as determinações constantes da legislação tributária, de modo a garantir-lhe plena validade, verifica-se que os argumentos trazidos pelo Impugnante não se revelam capazes de elidir a exigência fiscal.

Entretanto, uma vez que ficou constatado que a infração relativa às saídas de mercadorias sujeitas à Substituição Tributária – ST sem acobertamento fiscal não resultou em falta de pagamento de imposto, a Câmara, utilizando-se de sua faculdade, aplica o permissivo legal, conforme disposto no § 3º do art. 53 da Lei nº 6.763/75, para reduzir a Multa Isolada prevista a 20% (vinte por cento) do seu valor.

Diante do exposto, ACORDA a 2ª Câmara de Julgamento do CCMG, à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Em seguida, por maioria de votos, em acionar o permissivo legal, art. 53, § 3º da Lei nº 6.763/75, para reduzir a Multa Isolada sobre as mercadorias sujeitas à ST desacobertadas de documentos fiscais a 20% (vinte por cento) do seu valor, ficando a redução condicionada a que seja sanada a irregularidade e efetuado o pagamento integral no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação da decisão irrecorrível do órgão julgador administrativo. Vencida a Conselheira Ivana Maria de Almeida, que não o aplicava. Participou do julgamento, além dos signatários e da Conselheira vencida, a Conselheira Juliana de Mesquita Penha (Revisora).

Sala das Sessões, 24 de abril de 2025.

Wertson Brasil de Souza
Relator

Antônio César Ribeiro
Presidente

P